

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 3 | 2014

*Considerações Sobre a Formação
de Gramsci Durante a Primeira
Guerra Mundial*

Gesualdo Maffia

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

“CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE GRAMSCI DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL”

Gesualdo Maffia¹

Resenha da obra:

O jovem Gramsci – Cinco anos que parecem séculos 1914-1919. Leonardo Rapone.

Trad. Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (476 p.)

ISBN: 8578660951

Este estudo se apresenta como uma análise sistemática de um período crucial da formação político-cultural de Antonio Gramsci. Na cidade de Turim, durante os anos da Primeira Guerra Mundial, Gramsci escolhe definitivamente a sua perspectiva política, o socialismo, deixando progressivamente de lado a paixão pelos estudos acadêmicos, de filosofia e sobretudo linguística. Embora nos anos do cárcere ele retomará muitos dos estímulos intelectuais nascidos nos anos universitários em Turim, para desenvolver o seu pensamento num sentido mais maduro, teórica e politicamente muito importante para o futuro da esquerda comunista do pós-guerra. O autor da obra em destaque, Leonardo Rapone, é um dos poucos estudiosos que nos últimos anos se dedicaram de uma maneira mais sistemática e coerente ao estudo da parábola político-intelectual de Gramsci do socialismo ao comunismo. A escolha do título na edição original italiana revela a importância desse lustro para a história europeia: *Cinque anni che paiono secoli*. O livro de Rapone, de fato, não quer oferecer simplesmente uma biografia do “jovem Gramsci”, como parece indicar uma interpretação superficial do título na versão brasileira. Até porque hoje nem existe mais tal concepção que distingue nitidamente o Gramsci “jovem” do “maduro” dos anos do cárcere. Os anos da maior atividade jornalística de Gramsci são quando ele tem entre os 25 e os 30 anos, ou seja, naquela época, uma idade considerada já de maturidade intelectual.

Podemos portanto considerar hoje este livro, entre as contribuições que saíram nos últimos anos, como um estudo imprescindível sobre a formação do pensamento político e sobre a fase jornalística de Gramsci. Ele mostra como, segundo a leitura inteligente e fecunda já feita por Leonardo Paggi em *Antonio Gramsci e il Moderno Principe*, nos anos de Turim Gramsci tinha delineado um amplo *background* histórico no qual projetar a

¹ Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Génova.

situação política italiana, que permanecerá, nos anos seguintes, uma moldura geral das suas diferentes avaliações políticas (cfr. PAGGI, 1970, p. 98). Juntos, o livro de Rapone e os mais recentes de outros pesquisadores, entre os quais podemos lembrar Giuseppe Vacca (VACCA, 2013), Michele Marseglia (MARSEGLIA, 2010), Luca Michelini (MICHELINI, 2011) e o brasileiro Marcos Del Roio (DEL ROIO, 2005), oferecem uma base atualizada muito útil para entender e aprofundar o inteiro percurso político, cultural, humano de Gramsci (cfr. LIGUORI, 2012).

Nestas páginas, desejo focar minha atenção sobretudo no capítulo III do livro: *A guerra*. Posto fisicamente na parte central do livro, este capítulo tem um papel fundamental também pela centralidade do tema bélico na vida de Gramsci na segunda metade dos anos 1910. Como muitos jovens mais politizados, ainda mais se diretamente envolvidos, como ele, na construção das opiniões políticas dos militantes por meio dos jornais de partido, Gramsci lida com as repercussões internas da Grande Guerra, na tentativa de desenvolver e manter uma linha pessoal, uma conduta racional. Tudo isso no meio das paixões mais descontroladas da maioria do povo e muitas vezes animadas por intelectuais interessados em acender os ânimos mais simples só para ganhar consenso e apoio para fins individuais ou de pequenos grupos irresponsáveis. O papel do intelectual europeu, como *sacerdos veritatis*, é posto em séria crise com a eclosão da guerra, quando muitos professores universitários, conferencistas, escritores, *opinion makers* da imprensa, viram demagogos nacionalistas exaltando a pátria acima de tudo. A atitude de Gramsci em relação à guerra se desenvolve a partir da influência de Benedetto Croce. Rapone insiste muito sobre a presença do pensamento de Croce nas posições que Gramsci vai adquirindo, no duplo sentido de aceitar e rejeitar as ideias do filósofo idealista. Ou seja, ele se serve de expressões e argumentos crocianos, mas os submete, segundo o caso, a um processo “de complementação ou elisão que permita a transposição para a perspectiva da luta pelo socialismo, ou até mesmo invertendo-os contra o próprio idealizador” (RAPONE, 2014, p. 248).

Vejamos agora alguns exemplos. Gramsci, criticando o socialismo dos socialistas que viram nacionalistas ou intervencionistas, que ao final se demonstra simplesmente como um “*sentimento momentâneo*” (p. 225), ressalta a própria distância da “reabilitação das modalidades não lógicas do agir humano própria de parte considerável das respostas da cultura italiana e europeia à crise do positivismo”. Ele não aceita a rejeição do primado do intelecto e da vontade consciente na ação do sujeito. Por isso, não pode aprovar a distinção

entre ações lógicas e não lógicas proposta por Vilfredo Pareto, o qual obstinadamente queria provar cientificamente “que os homens agem guiados mais pelo sentimento do que pelo raciocínio” (p. 226). Nesse sentido, Gramsci se aproxima a Croce que, na *Filosofia da prática*,

observará que o próprio sistema especulativo, tendo rechaçado o exclusivismo intelectualista e reconhecido a atividade prática como forma peculiar do espírito, distinta da teórica, por isso eliminará a razão de ser da suposição de que ‘o princípio da ação’ seja ‘comoção sentimental’, bem como da afirmação de que não pode ocorrer processo evolutivo ‘se, entre o conhecido e a vontade, não se interpõe o sentimento’ (p. 227).

Os dois autores convergem também na avaliação negativa do assim chamado “intervencionismo democrático”, pior ainda, em certos aspectos, do nacionalismo racista e adorador da guerra em si mesma, porque justifica a guerra em nome do direito e da moral. Quando Gramsci ataca os representantes desta corrente interventista, ele se apoia diretamente nas observações crocianas. A confusão entre moral e política, o “erro teórico” de recorrer “a categorias morais ou a ideais abstratos para explicar o evento bélico ou determinar os fins da participação italiana no conflito” (p. 242), demonstra uma falta de compreensão dos verdadeiros interesses dos Estados, que são movidos exclusivamente pela lógica do aumento do próprio poder. A Alemanha, sempre parafraseando Croce, era a representante mais eficaz da doutrina do Estado e da política que remontava a Maquiavel. Essa doutrina, por isso, não podia ser julgada seguindo a lógica da filiação nacional, mas somente como “teoria ‘universalmente científica’” (p. 245). Gramsci aplica estas considerações à própria ideia de socialismo daquela época, apresentando-o “como corrente que opera ‘erguendo altar contra altar, organizando força contra força, direito contra direito’ porque ‘só a força (tanto mecânica quanto moral) é o árbitro supremo dos conflitos’” (ib.). Resumindo, as duas correntes do pensamento da modernidade, o socialismo e o neoidealismo, se encontram para Gramsci (pelo menos naquele momento), no plano do realismo histórico, como visão da história feita pelas forças ativas e não pelos princípios abstratos. Mesmo assim, Gramsci consegue usar o pensamento de Croce para finalidades diferentes, não se limitando a colocar o pensamento crociano nos seus artigos, mas lembrando sempre que, como o uso da força e a guerra são partes do agir do Estado, não se pode esquecer a configuração histórica atual desse Estado, que é o da organização econômica e política do capitalismo. Raciocínio que, combinando o econômico ao político, irritaria profundamente o filósofo napoletano, teórico da “dialética dos distintos”.

Mas a divergência entre Gramsci e Croce é mais evidente na avaliação de dois outros assuntos: a inevitabilidade da guerra e as considerações sobre a Sociedade das Nações, a forma de organização internacional do pós-guerra proposta pelo presidente americano T.W. Wilson.

A guerra, para Croce, é um fenômeno natural, inelutável no quadro da luta humana, e dos povos, pelas sobrevivência e prosperidade. Aqui aparece claramente o caráter conservador do historicismo crociano “que se traduz em rendição fatalista diante de uma realidade que esmaga os indivíduos e os obriga a se reconhecerem impotentes para mudar o curso das coisas e o próprio destino pessoal” (p. 249); os homens, para ele, são agentes da história, não artífices de um projeto individual. Eles são inexoravelmente ligados ao território nacional, podendo ter, assim, universalidade na “cultura e na ciência, mas nenhuma possibilidade de entendimento político acima das fronteiras” (p. 252). Em Gramsci, pelo contrário, desde o começo da própria atividade político-intelectual, se afirma uma forma de pensamento internacionalista: de Croce pode aceitar a crítica ao humanitarismo abstrato, mas não a rígida noção de pátria, que é estranha “à experiência concreta de vida dos proletários, que, no momento em que superaram o horizonte localista das origens, logo se projetaram, graças à educação socialista, numa dimensão transnacional, propícia ao amadurecimento de um sentido de pertencimento a toda a humanidade” (p. 254). Aqui Gramsci explicita também a dívida com outro grande intelectual europeu daquela época: Romain Rolland. Como este último, Gramsci é inspirado por um sentimento de universalidade do homem, de recomposição (não “humanitarista”) da humanidade, que rejeita a cisão crociana entre sábio e cidadão. O intelectual deve reconhecer um “sentido de interpenetração das culturas” (p. 255), tentando mostrar, mesmo no meio da hecatombe da guerra, a possibilidade para os povos da Europa de uma futura convivência pacífica, que já séculos antes conduziu à formação das nações da Europa Ocidental. A pluralidade de referências ideais e históricas que miram à superação do conceito de Estado-nação, não são portanto redutíveis, em Gramsci, simplesmente à solidariedade de classe.

Sobre o segundo ponto, a atitude em relação à Sociedade das Nações, encontramos outro importante intelectual italiano atrás das reflexões gramscianas: Luigi Einaudi. O economista, jornalista, depois também homem político e presidente da república italiana nos anos 1948-1955, foi uma das principais fontes de Gramsci sobre o debate público e

teórico sobre as relações internacionais entre os últimos anos da guerra e o imediato pós-guerra.

Einaudi (junto a um outro economista, Edoardo Giretti) é uma referência, em primeiro lugar, na batalha dos socialistas para a liberdade alfandegária. Essa batalha é um ponto fundamental no programa do Partido Socialista e na prevenção da guerra, que passa através das relações econômicas internacionais. Lutando contra a guerra econômica ligada às políticas protecionistas e de ocupação dos mercados, os socialistas podem contribuir para moderar o antagonismo de interesses que podem levar aos conflitos militares. Esta luta é levada adiante por Gramsci paralelamente à luta contra o nacionalismo cultural dos intervencionistas:

O fato é que, para Gramsci, protecionismo e livre-câmbio, além de categorias econômicas, são condutas diante da vida, e sua escolha é a favor da disputa aberta, da competição como estímulo para trabalhar e para se afirmar através da qualidade do próprio trabalho, não pela intervenção externa de fatores artificiais. ‘Propor-se a si mesmo a Alemanha como exemplo e como estímulo, para melhorar’ é máxima válida na produção industrial e na criação de cultura (p. 265).

A proximidade de Gramsci com o liberismo ressalta também a diferença entre duas formas de pacifismo: aquele sentimental e superficial, baseado nos sagrados princípios de 1789 e encarnado por Ernesto Teodoro Moneta, Prêmio Nobel da Paz que depois vira intervencionista; e aquele, mais sólido e concreto, dos economistas liberistas como Giretti, que pensam em um programa de acomodação das economias nacionais e internacionais apto a diminuir as tensões políticas e a favorecer uma paz duradoura. É o tipo de pacifismo defendido durante a Primeira Guerra Mundial também por Norman Angell, não por acaso citado várias vezes nos artigos de Gramsci, na medida em que ele mostra como o desenvolvimento do capitalismo leva para um estado de coisas novo, no qual o capitalismo se apresenta “como força econômica pura, e não como espinha dorsal das nações burguesas” (p. 267). Aqui o discurso de Rapone se junta à questão do papel de Wilson e da Sociedade das Nações. O interesse de Gramsci pela nova hipótese de organização das relações interestaduais cresce paralelamente àquela pelos acontecimentos revolucionários russos. Einaudi, escrevendo vários artigos na revista *Riforma sociale*, de certa forma convence Gramsci da seriedade do debate, especificamente em relação à interdependência e à limitação das soberanias nacionais. O economista turinense imagina, sem aparente preocupação de tipo patriótico, “um futuro em que o desenvolvimento econômico e civil iria exigir o abandono da concepção absoluta e ilimitada da soberania” (p. 272). Gramsci,

sem insistir nas distinções conceituais dele sobre Sociedade das Nações e superestado, aprecia sobretudo esta visão que vai além do Estado-nação, e a centralidade sublinhada, no programa político de Wilson, da ilimitada liberdade do comércio internacional como forma de desenvolvimento capitalista apta a favorecer o pleno amadurecimento das forças produtivas protagonistas da contemporaneidade.

No entanto, um fato central muda a consideração de Gramsci pelo projeto wilsoniano: a possibilidade da revolução socialista, que parece realizável na Europa Ocidental também em 1919. A partir deste momento, a unificação da humanidade pela ação dos revolucionários comunista permite um olhar mais desencantado em relação ao projeto de Wilson, que se torna, nas considerações gramscianas, uma utopia e uma forma imperialista de controle dos capitalismos menores, a Itália incluída.

Aqui parece evidente a passagem de Gramsci a uma perspectiva mais leninista sobre o papel do imperialismo na atualidade do pós-guerra. Além da leitura direta dos escritos traduzidos do *leader* russo, é decisiva, para esta passagem, a experiência política concreta em uma importante cidade industrial, em contato com um proletariado consciente e organizado.

Referências bibliográficas

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da Frente Única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005.

LIGUORI, Guido. **Gramsci conteso: interpretazioni, dibattiti e polemiche 1922-2012**. Roma: Editori Riuniti university press, 2012.

MARSEGLIA, Michele. **La formazione culturale di Antonio Gramsci (1910-1928)**. Roma: Aracne, 2010.

MICHELINI, Luca. **Marxismo, liberismo, rivoluzione: saggio sul giovane Gramsci 1915-1920**. Napoli: La città del sole, 2011.

PAGGI, Leonardo. **Gramsci e il moderno principe**. Roma: Editori Riuniti, 1970.

RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci. Cinco anos que parecem séculos 1914-1919**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

VACCA, Giuseppe. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci 1926-1937**. Rio De Janeiro: Contraponto, 2013.

Recebido em: Setembro 2014;

Aprovado em: Setembro 2014.